

09-01-2019

Helena Pola



MUNICÍPIO DA NAZARÉ – CÂMARA MUNICIPAL

PROPOSTA
MANUTENÇÃO DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP)

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:

À Reunião
09-01-2019

Walter Chicharro
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

...../...../..... Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

O Município da Nazaré encara a prevenção e a atuação em cenários, que colocam em risco de pessoas e bens, uma efetiva prioridade e uma das principais áreas de intervenção.

Nesse sentido, e por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião do dia 26.03.2018, foi aprovada a criação da Equipa de Intervenção Permanente da Nazaré (EIP), através da aprovação do protocolo a celebrar entre este Município, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e a Associação de Bombeiros Voluntários da Nazaré – equipa essa homologada, por despacho do Sr. Diretor Nacional de Bombeiros, da ANPC.

Pelo que, mantendo-se a premência dos pressupostos e fundamentos que estiveram na base da EIP, proponho que se mantenha a mesma para o ano 2019, com assunção do Município dos encargos que decorrem do protocolo assinado.

Nazaré, 8 de janeiro de 2019.

O Vereador com poderes delegados na área da Proteção Civil

09-01-2019

Orlando Rodrigues

INFORMAÇÃO

PARECER

As condições do seu candidato no concurso, logo que possível, devem ser cíclicas condições para que o chefe do Grupo B32^o possa aceder à categoria superior.

A. C. Lopes

15/05/2018
Diretora do Serviço de
Regulação e Recrutamento
dos Bombeiros

DESPACHO

Homologar nas
condições propostas.
2018-05-30



José Pedro Lopes
Diretor Nacional de Bombeiros

ASSUNTO Homologação EIP-AHBV Nazaré

1. No âmbito da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de Fevereiro, que aprovou a criação das Equipas de Intervenção Permanente, doravante designadas EIP, conjugada com o Despacho n.º 5141/2015, de 18 de Maio, conforme previsto no n.º 5, do art.º 17.º, do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 248/2012 de 21 de Novembro, foi remetido à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), um



processo contendo 5 candidaturas respeitantes a elementos do Corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré.

2. O Processo foi precedido pela celebração de Protocolos nos quais são partes a Autoridade Nacional de Proteção Civil, a Associação Nacional de Municípios e a Liga dos Bombeiros Portugueses.
3. Posteriormente, foi celebrado Protocolo entre a AHBV Nazaré, a ANPC e a Câmara Municipal da Nazaré. Acordaram, estas duas últimas entidades (ANPC e CM Nazaré), manter e suportar os encargos com as referidas equipas, conforme disposições previstas na referida Portaria e no próprio Protocolo.
4. Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 6.º deste diploma legal, cabe ao Diretor Nacional de Bombeiros homologar a seleção dos elementos, a seguir identificados, cujas candidaturas foram aprovadas pela Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré:

Nome	Posto	Categoria
Ricardo Jorge Almelda Rebelo	Chefe de Equipa	Bombeiro de 2.ª
Márcia Alexandra Mor Carreira	Bombeiro	Bombeiro de 3.ª
Mário José dos Santos Costa	Bombeiro	Bombeiro de 3.ª
Ricardo Conde Bulhões	Bombeiro	Bombeiro de 3.ª
Ricardo Miguel Carreira Tavares	Bombeiro	Bombeiro de 3.ª

5. Ora compulsado o processo, verificou-se que as candidaturas dos elementos selecionados e aprovados pela Direção da Associação, sob proposta fundamentada do Comandante, observam os critérios de seleção previstos nos artigos 4.º, 5.º e 6.º n.º 4, da citada Portaria, com exceção do Chefe de Equipa, bombeiro de 2.ª, que deverá concorrer à categoria superior na primeira oportunidade.
6. Nesta conformidade, é entendimento da signatária que a seleção daqueles elementos poderá, se assim for entendido superiormente, ser objeto de homologação pelo Exmo. Senhor Diretor Nacional de Bombeiros.

À Consideração Superior



Isaura de Carvalho

Téc. Sup.



Homologo

04/05/2018

O Ministro da
Administração Interna
(Eduardo Cabrita)

**PROTOCOLO
CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS
EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE**

Considerando que,

O n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro, prevê que, nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida pela Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro.

No âmbito do objetivo “Melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro” do Programa do XXI Governo Constitucional, prevê-se a melhoria e eficiência da proteção civil e das condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, designadamente mediante a valorização das associações e dos corpos de bombeiros voluntários, enquanto verdadeiros pilares do sistema de proteção e socorro, através do reforço dos incentivos ao voluntariado, do apoio ao funcionamento e ao equipamento e do pleno aproveitamento das capacidades operacionais e de comando.

Por outro lado, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de Outubro veio consagrar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais e que se estendem a outras áreas de proteção e socorro.

Neste âmbito, é valorizada e reforçada a profissionalização dos operacionais promovendo o desenvolvimento gradual, entre outras, das Equipas de Intervenção Permanente em parceria com os municípios e com as associações humanitárias de bombeiros garantindo prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens.

A Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro, dispõe que as condições de contratação e funcionamento da EIP são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a ANPC, a respetiva câmara municipal e a associação humanitária de bombeiros.



Entre:

Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), pessoa coletiva n.º 600082490, com sede na Av. do Forte, 2794-112 Carnaxide, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes, _____

Município da Nazaré, pessoa coletiva n.º 507012100, com sede na Avenida Vieira Guimarães, 54, 2450-951 Nazaré, neste ato devidamente representado pelo Presidente, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro _____

E,

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Nazaré, pessoa coletiva n.º 501278648, com sede na Avenida dos Bombeiros Voluntários, 13, 2450-082 Nazaré, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Joaquim Jordão Morais, _____

É celebrado o presente protocolo que se rege nos termos e condições das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

1. O presente Protocolo regula as condições de contratação, funcionamento e manutenção pela AHBV da Nazaré, de elementos que integrarão a EIP.
2. O clausulado dos contratos a celebrar entre a AHBV da Nazaré e os elementos que integrarão a EIP deve obedecer estritamente às condições estabelecidas no presente Protocolo.

Cláusula Segunda

(Funcionamento da EIP)

1. Nos termos do presente protocolo, a EIP tem a exclusiva missão de assegurar, em permanência, serviços de socorro às populações, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro.
2. A EIP exerce a sua missão de forma permanente, todos os dias úteis, por um período semanal de 40 (quarenta) horas, de acordo com um plano de horário elaborado pelo presidente da Direção, sob proposta do comandante do corpo de bombeiros.
3. O plano de horário é homologado pelo Comandante Operacional Distrital.
4. A EIP é constituída por 5 (cinco) bombeiros em regime de permanência.
5. A área de atuação da EIP é a prevista nos n.ºs 1 e 2, do artigo 3.º, da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro.

Cláusula Terceira

(Contrato Individual de trabalho)

1. Com os elementos da EIP que vierem a ser seleccionados é celebrado um contrato individual de trabalho, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, com a redação da Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro.
2. Os elementos da EIP têm um horário de trabalho de 40 horas semanais.
3. O pessoal da EIP desenvolve a sua atividade em regime de exclusividade e está sujeito ao dever de permanência durante o período considerado de serviço, ficando sob a dependência operacional do Comandante do Corpo de Bombeiros.
4. Para todos os efeitos legais, o local de trabalho a considerar durante a execução do contrato será o Corpo de Bombeiros da AHBV da Nazaré.

Cláusula Quarta

(Avaliação)

1. Os elementos da EIP realizam anualmente provas de reavaliação da manutenção das condições de aptidão física, clínica e psicológica, a verificar através de exames efetuados para o efeito pela ANPC.
2. Os elementos da EIP devem igualmente obter uma apreciação favorável relativamente ao desempenho das respetivas funções, que será efetuada pelo Comandante do Corpo de Bombeiros e tendo em consideração a informação prestada pela AHBV da Nazaré.

Cláusula Quinta

(Direitos dos elementos da EIP)

1. A remuneração base mensal é estabelecida em 617,40€ (seiscentos e dezassete euros e quarenta cêntimos) líquidos, sendo atualizável anualmente na mesma percentagem do aumento que se verificar para os salários dos trabalhadores da Administração Pública.
2. O pessoal contratado tem direito a subsídio de férias e de Natal, de montante equivalente à remuneração base ou ao seu proporcional, de acordo com a legislação em vigor, pago com o vencimento dos meses de Junho e Novembro, respetivamente.
3. É devido subsídio de refeição pelos dias de prestação de serviço efetivo, no montante equivalente ao estabelecido para a função pública e que no presente ano económico é de 4,77€ (quatro euros e setenta e sete cêntimos) por dia.





4. Relativamente ao elemento que exerça funções de chefia da EIP, é devido um suplemento mensal, correspondente a 25% sobre o valor base referido no n.º 1 desta Cláusula.
5. A atribuição do suplemento de chefia depende do exercício efetivo das funções.
6. Sobre o vencimento mensal são efetuados os descontos legalmente previstos.

Cláusula Sexta

(Obrigações das partes)

1. Compete à AHBV da Nazaré:
 - a) Celebrar os contratos individuais de trabalho, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, com a redação da Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro;
 - b) Celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho relativo ao pessoal contratado;
 - c) Proceder ao processamento e pagamento dos vencimentos ao pessoal contratado, nos termos da lei;
 - d) Efetuar o pagamento das contribuições definidas por lei junto das entidades competentes;
 - e) Facultar à ANPC e ao Município da Nazaré todos os elementos e informações necessárias relativamente ao pessoal contratado e à execução dos contratos.
 - f) Garantir a disponibilidade de um piquete constituído por um número mínimo de 5 (cinco) bombeiros, através do recrutamento de elementos voluntários, para assegurar as missões de socorro previstas nesta cláusula, fora dos períodos de funcionamento da EIP, de acordo com o previsto nos artigos 5.º e 6.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro.
2. As partes obrigam-se ainda a facultar mutuamente toda a informação que possa ter relevância para boa execução do presente Protocolo.
3. A ANPC e o Município da Nazaré participam em partes iguais nos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, atribuindo à AHBV da Nazaré, mensalmente e a título de subsídio, por cada elemento contratado, o respetivo valor, bem como demais encargos relativos ao regime de segurança social e seguros de acidentes de trabalho.
4. A ANPC não suporta quaisquer outros encargos suplementares, para além do estritamente previsto neste Protocolo.



Cláusula Sétima

(Omissões)

Em tudo em que o presente Protocolo for omissivo é aplicável o disposto na Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 75/2011, de 15 de fevereiro, e demais legislação em vigor.

Cláusula Oitava

(Alterações ao protocolo)

1. O presente Protocolo pode ser alterado por acordo das partes, o qual terá que ser reduzido a escrito, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias sobre a data da sua renovação.
2. Quaisquer alterações ao clausulado do presente Protocolo só entram em vigor após homologação de Sua Excelência o Ministro Administração Interna.

Cláusula Nona

(Resolução)

1. Qualquer das partes pode denunciar o presente Protocolo, desde que comunique tal intenção às outras, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, relativamente ao seu termo ou do termo de qualquer das suas renovações.
2. A denúncia do Protocolo nos termos do número anterior não confere às partes o direito ou a obrigação de indemnizar as outras.
3. O presente Protocolo pode ser rescindido por qualquer das partes, em caso de incumprimento pelas outras, de quaisquer obrigações dele decorrente.
4. A ANPC e o Município da Nazaré podem suspender o financiamento previsto no n.º 3 da cláusula sexta, no caso de incumprimento pela AHBV da Nazaré dos termos e condições do presente Protocolo.
5. O incumprimento das cláusulas previstas no presente Protocolo por qualquer das partes confere às outras o direito de serem ressarcidas pelos danos causados, nos termos da lei.

Cláusula Décima

(Vigência do protocolo)

Este protocolo é válido por um período de 3 (três) anos e renovável automática e sucessivamente por igual período caso não seja resolvido por qualquer das partes nos termos da cláusula nona.

Cláusula Décima-Primeira

(Homologação)

O presente protocolo está sujeito a homologação de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna.

Cláusula Décima-Segunda

(Entrada em vigor)

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da homologação.

Feito em quadruplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes e outro à entidade homologante.

Fornos de Algodres, 4 de maio de 2018.

O Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil




Carlos Manuel Mourato Nunes

O Presidente da Câmara Municipal da Nazaré



Walter Manuel Cavaleiro Chicharro

O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários
da Nazaré



Joaquim Jordão Morais

IMPRESSO	PAGINA
2019/01/09	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
10	lara	2019/01/09	89	2019

DESCRIÇÃO DA DESPESA
MANUTENÇÃO DA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	
TIPO DESP: 0110-INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVO ORGÂNICA : 0102 CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS ECONÓMICA: 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS PLANO : 2019 A 3 Protecção civil Apio à Associaçãc de Bombeiros Voluntários da Nazaré	DOTAÇÃO DISPONÍVEL 35.000,00 A CABIMENTAR 35.000,00 SALDO APÓS CABIMENTO

EXTENSO
TRINTA E CINCO MIL EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2019/01/09

SERVIÇO REQUISITANTE

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

A Chefe da Divisão Administrativa
e Financeira


Helena Pola

LISTAGEM DA CONSULTA DOS FUNDOS DISPONIVEIS

Entidade :	Município da Nazaré
Reporte :	2019 / JANEIRO

Data :	09/01/2019
--------	------------

	NATUREZA	
Mês		SETEMBRO
	Fundos Disponíveis-Atual	4 724 697,72 €

(informação extraída do programa Medidata-POCAL)

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



Helena Pola

